



# Anais da Assembléia

N.º 126

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 190.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 1976. QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Accioly Neto e Ivo Thomazoni.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Werner Wanderer e Wilson Fortes (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Luiz Roberto Soares (27).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Senhores Deputados.

Verificada a inexistência de número legal, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados, apenas em fase de discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 183/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 299/76, Mensagem 73/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de PARAÍSO DO NORTE, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.—

Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Lecanta-se a sessão.

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 191.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1976. QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Accioly Neto e Fabiano Braga Côrtes.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Werner Wanderer e Wilson Fortes (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Luiz Roberto Soares (27).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### MENSAGENS.

Mensagem número 124/76.

Curitiba, 5 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios de Araucária e Mandaguari, objetivando a execução do art. 37, do Regulamento do Código Nacional do Trânsito.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

**À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Mensagem número 125/76

Curitiba, 05 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os municípios de GUAIRACÁ e SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de Trânsito.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado  
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 126/76.

Curitiba, 05 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 09 de agosto de 1976, ao Convênio celebrado em 03 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de JAPURÁ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado  
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

**TELEGRAMAS:**

Nos seguintes termos: TENHO MAIOR HONRA COMUNICAR PREZADOS AMIGOS QUE POR DECRETO PRESIDENCIAL FUI DESIGNADO INTEGRAR DELEGAÇÃO BRASILEIRA QUE PARTICIPARA DA XXXI ASSEMBLEIA GERAL DA ONU A SER REALIZADA EM NOVA YORK VG SENDO OBRIGATORIA MINHA PRESENÇA PRIMEIRO PERÍODO DE 26 SETEMBRO A 30 OUTUBRO PT ABRAÇOS DO DEPUTADO ALÍPIO DE CARVALHO.— Ao conhecimento da Casa.

MAGISTERIO APUCARANA CONFIÁ PATRIOTISMO SENHORES DEPUTADOS SENTIDO APROVAÇÃO ESTATUTO MAGISTERIO VG PRIMEIRO PASSO MELHORIA NÍVEL ENSINO PT PROFESSORA APARECIDA CARAMORI Ao conhecimento da Casa.

PROFESSORES DE RIO BOM ESPERAM VOSSÊNCIA ET DEMAIS DEPUTADOS SE EMPENHEM APROVADOS ESTATUTO COM EMENDAS APP ET APIP PT PROFESSORA ZAIDA MACKRI. Ao conhecimento da Casa.

CONFIAMOS ESPÍRITO CÍVICO VOSSÊNCIA E DEPUTADOS ARENA SENTIDO APROVAÇÃO ESTATUTO MAGISTERIO COM EMENDAS PROFESSORES PT ENSINO PEDE SOCORRO PT ENIO TONIOLO PROFESSOR APUCARANA.— Ao conhecimento da Casa.

**REQUERIMENTO:****R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Presidente da COPEL, Doutor Arturo Andreolli, pedido solicitando urgente instalação de luz elétrica no distrito de Fluvioópolis, município de São Mateus do Sul.

A citada instalação seria uma extensão partindo de Rio Claro à Fluvioópolis.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1976.

(a) Domício Scaramella.

**JUSTIFICATIVA:**

A instalação de luz elétrica naquele distrito viria beneficiar os moradores da localidade, possibilitando a implantação de indústrias para o progresso do município.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, inscrito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Em recente viagem à Região Noroeste do nosso Estado, foi-me dado avaliar mais uma vez as terríveis conseqüências da erosão, tanto nas zonas urbanas como nas rurais de vários municípios que formam uma das micro-regiões de maior significado para a formação de riqueza interna do Estado do Paraná, dadas as suas potencialidades agropecuárias.

Mas, por outro lado, quero aqui registrar um fato auspicioso não apenas para a Região Noroeste, mas para todo o Estado do Paraná, que é o lançamento do Programa Integrado de Conservação de Solos (PROICS), efetuado recentemente pelo Secretário da Agricultura, Sr. Paulo Carneiro, em dez municípios, dentre eles o de Paranavaí.

Quando o Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, veio lançar em Campo Mourão, no último dia 4 de setembro, o Programa Nacional de Conservação de Solos (PNCS), a Secretaria da Agricultura do Paraná já havia preparado o seu próprio Programa.

Aguardava tão somente o sinal verde do Governo Federal, que dentro de sua programação prioritária incluiu 5 municípios paranaenses, nos quais a adoção de práticas conservacionistas é um requisito indispensável para a obtenção de financiamentos bancários na atividade agropecuária: Paranavaí, Campo Mourão, Rolândia, Toledo e Ponta Grossa.

Na verdade, quando o atual Secretário da Agricultura, o engenheiro agrônomo PAULO CARNEIRO RIBEIRO, assumiu a Pasta da Produção deste Estado, com a autoridade de agricultor bem sucedido e com vasta experiência prática em conservação de solos, declarou que uma das principais metas de sua administração, seria exatamente a introdução de uma consciência conservacionista entre os agropecuaristas de nossa terra.

Cumpridos menos de dois anos desta administração, o Secretário Paulo Carneiro tem a seu favor esta realização que se alinha a outras também relevantes para o desenvolvimento integrado do nosso processo agropecuário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Programa Integrado de Conservação de Solos (PRICS), pretende já em sua primeira etapa, introduzir a prática da conservação dos solos agricultáveis em 45 municípios do Estado, num total de 800 mil hectares, devendo chegar aos 2,3 milhões de hectares no final de 1979.

Envolvendo nessa autêntica “mutirão conservacionista” a iniciativa privada, as cooperativas, as associações conservacionistas porventura existentes e os próprios produtores, a Secretaria da Agricultura, por sua vez, dinamizou a atuação de seu

órgão de pesquisa, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR); de sua empresa de assistência técnica, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARPA); e de sua instituição de serviços supletivos de mecanização agrícola, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ) as três entidades mais de perto engajadas no Programa Integrado de Conservação de Solos, dada a natureza de sua atuação junto aos produtores.

Em seus freqüentes pronunciamentos no Interior do Estado, o Secretário Paulo Carneiro tem repetido que "investir na conservação do solo é investir no futuro, mesmo porque a terra não nos pertence, ela pertence aos nossos filhos, ela pertence à Nação".

Assim sendo, a cruzada conservacionista desenvolvida pelo Secretário Paulo Carneiro, através dos instrumentos ligados à sua Pasta, se constituiu num dos mais importantes programas para a nossa agropecuária, assolada especialmente nas Regiões Norte e Noroeste pelo desgastante fenômeno da erosão.

Baseado nas técnicas mais modernas colocadas pelo setor de pesquisa, o Programa Integrado de Conservação de Solos vai difundir entre os agricultores dessas regiões, a necessidade de adoção de práticas conservacionistas traduzidas em plantio em curvas de nível, construção de muros de retenção, terrações, subsolagem, adubagem, reflorestamento e outras normas técnicas.

Atualmente a fronteira agrícola do Estado já está praticamente esgotada, embora o Paraná continue aceitando os desafios impostos pela necessidade de produção de alimentos.

Para que estes desafios do futuro continuem a ser satisfeitos pela imbatível vocação produtiva do nosso torrão, mister se faz usar o solo de maneira racional, tendo em vista sua importância como fator de produção.

Mas, para que este insubstituível fator de produção prossiga contribuindo com seus frutos, aquele que o usa deve preocupar-se com a preservação de sua fertilidade.

É exatamente esta a filosofia do Programa Integrado de Conservação de Solos, da Secretaria da Agricultura, que, finalmente, depois de muitos anos de espera por parte dos nossos ruralistas, é hoje uma realidade incontestável.

Para financiamento das atividades relacionadas com o PNCS e PROITS, o Governo decidiu colocar à disposição dos agricultores o Crédito Pesac, com juros de 15 por cento ao ano, 4 anos de carência e 12 anos de prazo para o pagamento da dívida.

Esta é também uma demonstração assaz evidente de que os Governos da União e do Estado estão resolutamente determinados a pôr um paradeiro a este terrível flagelo representado pela erosão das nossas terras férteis."

Pelo que acabei de expor, Senhor Presidente, Senhores Deputados, podemos ter a certeza de que dentro de mais alguns anos, o Paraná será um Estado libertado da erosão, graças à consciência política e administrativa dos seus líderes maiores, especialmente o Governador Jayme Canet Júnior e seu Secretário da Agricultura, Paulo Carneiro Ribeiro.

E quem deve ganhar com esta decisão?

Os nossos produtores rurais - aqueles que no anonimato de sua propriedade, ajudam a formar o progresso deste Estado; a nossa população, que terá cada vez mais alimentos, e a própria Nação, que nunca deixou de ver em nosso Estado, um dos sustentáculos de sua riqueza.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) A Mesa consulta o Líder da ARENA, se usará da palavra no horário reservado ao Partido.

O SR. IVO THOMAZONI - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - A Mesa consulta o Deputado Domicio Scaramella se usará da palavra.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Verificada a inexistência de quorum, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 184/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 301/76, Mensagem 75/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de ALTO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 185/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 305/76, Mensagem 79/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de UNIFLOR, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 186/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 311/76, Mensagem 85/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 188/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 317/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de APU-CARANA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ALBERTO SANTOS DUMONT, do referido município. Parecer favorável por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do projeto de Resolução 189/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 318/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando reparos em próprios estaduais daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 190/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 319/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Balsa Nova, objetivando reparos nos prédios que especifica, localizados naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 192/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 325/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PATO

BRANCO, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR AGOSTINHO PEREIRA, do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 194/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 188/76, Mensagem 39/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de melhorias no prédio do GINÁSIO ESTADUAL da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.- Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 195/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 191/76, Mensagem 51/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, e o município de FÊNIX, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.- Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 196/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 196/76, Mensagem 56/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.- Encerrada a discussão.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 196/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 20/02/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 196/76.

P A R E C E R

A presente Proposição 196/76, oriunda da Mensagem Governamental 56/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do Termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 220/76.

P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental 70/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Borrazópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verba do orçamento do referido município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 198/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 223/76, Mensagem 70/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de WENCESLAU BRAZ, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local conforme específica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 198/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 8/4/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Wenceslau Braz, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verba do orçamento do referido município.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 223/76

P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental 70/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 8/4/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de WENCESLAU BRAZ, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verba do orçamento do referido município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que determine a instalação de luz elétrica no distrito de Fluciópolis, município de São Mateus do Sul.— Em discussão — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, sexta-feira, às 10,00 horas, com a ORDEM DO DIA, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA — 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 12.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO e contando com a presença dos Senhores Deputados GABRIEL MANOEL, LUIZ CARLOS ZUK, BENEDITO LÚCIO MACHADO, ACCIOLY NETO e GILBERTO CARVALHO. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a ORDEM DO DIA, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI NÚMERO 96/76 — de autoria do Senhor Deputado

FIDELCINO TOLENTINO, que inclui no Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques aos distritos que especifica, prevendo-se a construção de ponte sobre o Rio Baicuru ou Andrada.— Relator Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, parecer favorável-aprovado. O Senhor Deputado LUIZ CARLOS ZUK, votou contrário ao parecer. PROJETO DE LEI NÚMERO 89/76 — de autoria do Senhor Deputado MAURÍCIO FRUET, que dispõe sobre tempo de serviço prestado pelos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Relator Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI NÚMERO 65/76 — de autoria do Senhor Deputado ERNESTO GNOATO, que concede pensão mensal na importância de (1) um salário mínimo, à senhora Tereza Soares. Relator Senhor Deputado LUIZ CARLOS ZUK, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais. ....

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária